

BOLETIM 652

Brasília, 20 de setembro de 2018

IPEA confirma tendência ao desalento no mercado de trabalho

As mulheres, parte da população da Região Nordeste, pessoas com baixa escolaridade, jovens adultos (de 18 a 24 anos) e pessoas que não são chefes de família são os grupos sociais que mais desistem de ingressar no mercado de trabalho ou retornar alguma ocupação para ter renda.

O fenômeno, chamado de desalento pelo IBGE, é confirmado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O IPEA publica nesta quinta-feira (20) estudo que avaliou os microdados extraídos da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), feita pelo IBGE, relativos ao 2º trimestre de 2018.

No período, 4,833 milhões de pessoas desocupadas deixaram de procurar trabalho, 203 mil mais do que no trimestre anterior. O IPEA observa que dessas, 59% moram no Nordeste, 54,3% são mulheres, 50% não concluíram o ensino fundamental e quase 70% não são chefes de família.

A taxa de desalento considera as pessoas que não procuraram emprego nos 30 dias antes de responder à Pnad. Apesar de menos afetados pelo desalento, a proporção de homens nessa condição aumentou em um ano, entre o 2º trimestre de 2017 (44,1%) e 2º trimestre de 2018 (45,3%).

Entre os dois períodos também cresceu a proporção de pessoas qualificadas que, apesar do desemprego, desistiram de buscar uma ocupação. Esse é o caso de quem tem nível superior (aumento



da taxa de desalento de 4,8% para 5,3%) e de quem tem o ensino médio (de 21% para 22,8%).

Além da observação entre os períodos, o IPEA comparou o perfil das pessoas desalentadas com o perfil da população em idade ativa (PIA). “Pelo perfil etário, observa-se que, enquanto os jovens entre 18 e 24 anos representam 15% da PIA, eles correspondem a aproximadamente 25% dos desalentados”, descreve o estudo.

Conjuntural e estrutural - Em entrevista à Agência Brasil, o presidente do IPEA, Ernesto Lozardo, assinalou que a redução das taxas de desalento e de desocupação dependem da retomada do crescimento do Produto Interno Bruto e também da melhor formação da força de trabalho.

A educação é um “aspecto estrutural”, lembra Lozardo ao descrever que a qualificação da mão de obra no Brasil tem em média quatro a cinco anos a menos de escolaridade em comparação a de outros países.

Conforme o presidente do IPEA, a qualidade do ensino público no país, acessado pela maioria da população, também afeta a empregabilidade. “A formação que receberam não se adequa às exigências do mercado de trabalho, quer na área de serviço, quer na área industrial. Isso é estrutural”, explicou.

Fonte: Agência Brasil



Comitê discute o futuro do trabalho no Brasil

Com representantes do governo, do Judiciário, do meio acadêmico, de entidades de classe e sindicais de empregados e empregadores, o Comitê de Estudos Avançados sobre o Futuro do Trabalho realizou sua primeira reunião nesta terça-feira (18), em Brasília

A proteção do emprego passa pela qualificação dos trabalhadores brasileiros, de maneira que tenham condições de enfrentar um futuro com novas tecnologias e grandes desafios relacionados ao aumento da produtividade e competitividade. Essa foi a tônica da 1ª Reunião do Comitê de Estudos Avançados sobre o Futuro do Trabalho, realizada nesta terça-feira (18), na sede do Ministério do Trabalho, em Brasília.

Participaram do encontro o ministro do Trabalho, Caio Vieira de Mello, e demais membros do comitê, constituído por representantes do governo, do Judiciário, do meio acadêmico, de entidades de classe e sindicais (de empregados e empregadores). O comitê, criado em 18 de setembro, tem a missão de discutir e propor formas de proteção ao emprego diante do avanço da automação.

Durante a reunião foram apresentados estudos e trabalhos técnicos sobre a evolução do trabalho e seus desafios futuros. Participaram das apresentações o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Observatório Nacional do Mercado de Trabalho e Confederação Nacional da Indústria (CNI). Todos os trabalhos servirão de

embasamento para o próximo debate do comitê. A segunda reunião está prevista para 2 de outubro.

Nos próximos dois meses serão realizadas reuniões do comitê e audiências públicas, previstas para as cidades de São Paulo, Florianópolis e Recife, para a discussão de assuntos relacionados à indústria 4.0, inteligência artificial e economia compartilhada. O relatório final com as proposições do grupo deve ser apresentado dia 23 de novembro.

Consulta pública – O Ministério do Trabalho também quer receber contribuições dos brasileiros sobre o futuro do trabalho. A consulta pública está sendo realizada por meio do e-mail institucional futurodotrabalho@mte.gov.br. O objetivo é abrir diálogo direto com a população sobre o futuro do trabalho. As propostas serão analisadas pelo comitê, e o resultado, compilado para discussão no Conselho Nacional do Trabalho (CNT).

Inicialmente foram delimitados três assuntos que deverão ser abordados na consulta pública: presença das novas tecnologias nas atividades econômicas, impacto dessas tecnologias no mercado de trabalho e políticas públicas que promovam a inclusão de trabalhadores no processo de transformação. O e-mail institucional funcionará como ferramenta de consulta pública e será administrado pelo comitê, aberto a todos que queiram contribuir com conhecimentos qualificados sobre os assuntos. Também serão realizados encontros regionais do comitê em várias capitais brasileiras.

Fonte: MTb



DIAP reforça necessidade da pauta trabalhista chegar aos candidatos

Com a aproximação do pleito de 7 de outubro, o debate eleitoral se intensifica e a luta pelo voto fica mais acirrada. O sindicalismo se empenha a fim de levar para dentro da agenda dos candidatos a pauta sindical unitária.

A Agência Sindical conversou sobre esse cenário com o jornalista Antônio Augusto de Queiroz (**foto**), analista político e diretor do DIAP. Toninho recomenda forte atuação antes, durante e depois do pleito, na defesa da Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora, cujo objetivo é a retomada do crescimento, com geração de renda e preservação de direitos.

Presidenciáveis - “O sindicalismo fez sua pauta chegar aos candidatos. Portanto, eles já têm conhecimento dela. Em caso de segundo turno, é preciso procurar os presidenciáveis e reiterar essa agenda. Eleito um candidato, procurar novamente, chamar a atenção para os 22 itens num diálogo mais claro e efetivo”, diz.

Parlamento - Para Toninho, é fundamental que a Agenda Unitária também chegue aos candidatos proporcionais. “É o Legislativo que aprova e valida as políticas públicas. É quem dá a palavra final em matéria de legislação”, explica.

Fonte: Agência Sindical

Bolsonaro repete Temer: ataque a direitos e precarização do emprego

De acordo com o advogado, que é assessor da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a reforma trabalhista de Michel Temer (que Jair Bolsonaro ajudou a aprovar) provocou muitos danos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “Mas não há dano ruim que não possa piorar. A tendência do Bolsonaro é tentar desregulamentar a proteção legal que sobrou e ampliar a prevalência do negociado sobre o legislado. Isso é aprofundar a reforma trabalhista”.

Magnus citou como exemplo as normas vigentes sobre as condições de trabalho em temperaturas muito altas ou muito baixas. “As condições de conforto térmico dentro do local de trabalho obedecem a uma série de normas da CLT e do Ministério do Trabalho que exigem equipamento de proteção individual e coletivo para minimizar esse desgaste ao trabalhador. Esse direito não foi objeto da reforma trabalhista mas pode vir a ser se um candidato diz que vai aprofundar a reforma”.

Dados do Cadastro do Emprego e Desemprego de julho mostram que nove meses após a reforma trabalhista foram criados cerca de 50 mil empregos, desses 78% são contratos precários entre eles o trabalho intermitente e o trabalho a tempo parcial.

Fonte: Portal Vermelho



Mulheres ganham 42,7% a menos que os homens

Mesmo com maior escolaridade e maior expectativa de vida, as mulheres brasileiras recebem 42,7% a menos que os homens. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Renda Nacional Bruta per capita (RNB per capita) das mulheres está em torno de US\$ 10,073, enquanto a dos homens está em torno de US\$ 17,566.

A desigualdade de renda é mais gritante ainda quando se compara os dados sobre escolaridade, onde a expectativa de uma menina que entra em idade regular no ensino é de permanecer estudando 15,9 anos, e ter uma média de ensino de 8 anos, enquanto para os meninos esse número cai para 14,9 anos e média de 7,7.

Os dados são do estudo: Indicadores e Índices de Desenvolvimento Humano: Atualização Estatística 2018, que mediu o IDH de 189 países do mundo. O Brasil teve uma pequena, quase imperceptível, melhora de 0,001, mantendo o 79º lugar no ranking de desenvolvimento humano, passando a 0,759. O índice é medido de zero a um, quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento. São consideradas três categorias para sua construção: saúde, educação e renda.

Quando comparado com nossos vizinhos Latino Americanos, o Brasil ocupa o 5º melhor IDH, atrás do Chile (0,843), Argentina (0,825), Uruguai (0,804) e Venezuela (0,761). Se comparado aos países que fazem parte do MERCOSUL, o Brasil só fica na frente do Paraguai (0,702), na 110ª posição do ranking mundial.

Dentre os países do BRICS, ficamos na frente da África do Sul (0,618), em 113ª lugar, e Índia (0,427), na 130ª colocação. Rússia (0,816), que está trinta posições a nossa frente, na 49ª lugar no ranking. China com IDH 0,502, (excluída Hong Kong) está na 86ª posição.

O Índice Desigualdade de Gênero avalia a situação da mulher no país, relacionando as mesmas três categorias: saúde, educação e renda. O Brasil ocupa o 94º lugar no ranking entre os 160 países relacionados, neste caso o IDH Brasileiro despenca para 0,407.

Além da maior escolaridade, as mulheres também vivem mais que os homens. Enquanto a expectativa de vida delas é de 79,3 anos, a masculina é de 72,1 anos.

JORNADA DUPLA - Em contrapartida, as mulheres "gastam" 13,3% mais tempo em afazeres domésticos do que os homens, trabalhando 4,3 vezes mais nessas funções. Esse número pode ainda ser maior, se considerada a subnotificação dessas atividades quando relacionadas aos cuidados parentais com filhos, idosos e familiares adoentados.

Outro aspecto a ser levado em consideração é a baixa participação política das mulheres nas cadeiras do parlamento brasileiro, onde apenas 11,3% dos assentos estão ocupados por elas. Este é o pior resultado da América do Sul e o terceiro pior da América Latina, ficando atrás apenas de Belize (11,1%) e das Ilhas Marshall, com 9,1% das cadeiras do parlamento.

Fonte: Portal HP



Indicador de custos industriais cresce 3,7% no segundo trimestre

O indicador de custos industriais apresentou crescimento de 3,7% no segundo trimestre de 2018 na comparação com o primeiro trimestre, na série livre de efeitos sazonais, informou nesta quarta-feira (19) a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Esse foi o maior aumento registrado desde o quarto trimestre de 2015, quando a expansão chegou a 3,8%.

Apesar da alta nos custos industriais, a CNI diz que a indústria preservou a sua lucratividade no trimestre, pois o crescimento de preços dos produtos manufaturados foi de 3,8%, indicando capacidade de a indústria repassar o aumento de custos do trimestre aos consumidores.

De acordo com o estudo trimestral, três fatores contribuíram para a alta nos custos da indústria: a desvalorização do real, a alta do preço do óleo combustível e a paralisação no transporte de carga rodoviária em maio de 2018.

A moeda brasileira se desvalorizou 11,2% no segundo trimestre de 2018, na comparação com o primeiro trimestre deste ano. Com isso, os custos dos bens intermediários importados pela indústria brasileira para a produção apresentaram alta de 15,2%.

Outro efeito da alta do dólar foi sobre o preço do óleo combustível, que apresentou crescimento de 24,4% no segundo trimestre de 2018 em relação ao primeiro trimestre, alta influenciada também pelo aumento de 11% no preço internacional do petróleo no período. Esses fatores elevaram 8,5% os custos da indústria brasileira com energia no segundo trimestre.

O terceiro efeito foi a greve dos caminhoneiros sobre o preço dos insumos domésticos. A paralisação gerou uma escassez, que, por sua vez, elevou o preço dos intermediários domésticos em 4,9% também no segundo trimestre de 2018.

O custo com capital de giro apresentou queda de 3,8% e se destaca com a nona retratação seguida. É o maior período de queda ininterrupta dos juros desde o início da série em 2006.

Fonte: Agência Brasil

Banco Central mantém juros básicos em 6,5% ao ano

Pela quarta vez seguida, o Banco Central não alterou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária manteve nesta quarta-feira (19) a taxa Selic em 6,5% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

Fonte: Portal EBC

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS